



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

PROCESSO Nº 751/2022  
29/03/22 - 10:49  
CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Ofício nº 03/2022 - GVCD

Toledo, 29 de março de 2022.

Aos Senhores  
**EDUARDO HOFFMANN**  
**FABIANO SCUZZIATO**  
Assessores Jurídicos  
Câmara Municipal de Toledo

**Assunto: Solicita a emissão de parecer jurídico do Projeto de Lei nº 49/2022.**

Senhores Assessores,

Considerando o disposto nos incisos I, II, V e VI do artigo 8º da Lei nº 1.964, de 13 de agosto de 2007, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara Municipal de Toledo;

Considerando o disposto nos incisos I, II e V do artigo 12 e nos incisos II, V, IX, XIII, XV, XVIII, XXV e XXVI do artigo 25 do Ato nº 29, de 23 de maio de 2019, que regulamenta a estrutura administrativa e define as atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Toledo:

Considerando o disposto no inciso II do § 3º do artigo 160 e no § 1º do artigo 162 do Regimento Interno;

Solicito aos assessores jurídicos a emissão de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 49/2022, que deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) os dispositivos constitucionais ou legais nos quais está fundada a validade do ato normativo proposto;
- b) as consequências jurídicas dos principais pontos da proposta de ato normativo;
- c) as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria; e
- d) a conclusão a respeito da constitucionalidade e da legalidade da matéria.

Atenciosamente,

**CABO DIAS**  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000011  
vm

## PARECER JURÍDICO Nº 088.2022

**Assunto:** Projeto de Lei nº 49.2022.  
**Protocolo:** 751/2022, Vereador Cabo Dias.  
**Objetivo:** Institui o selo turístico "Parceiro do Turismo" no Município de Toledo.  
**Autor:** Vereador Valdir Rossetto.  
**Parecer:** Legalidade, desde que promovidas as alterações na redação.

### I. Relatório

Solicitou o Vereador Cabo Dias, a elaboração de parecer jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 49.2022 que *institui o selo turístico "Parceiro do Turismo" no Município de Toledo*.

É o relatório.

### II. Parecer

Numa primeira análise, é possível concluir que a referida proposição não estaria em contraposição do § 1º do artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Toledo conquanto aos aspectos de inexistência de dotação orçamentária para dar suporte financeiro as pretensões do edil, já que o texto da norma não traz qualquer ação dispendiosa ao Poder Público. Entretanto, poderá haver infringência na seara de *atribuições* das Secretarias municipais, haja vista que não há precisão se algum órgão da administração poderá realizar a avaliação e a concessão do referido "selo".

Assim, antes de aprovado, deverá a Comissão pertinente (neste a Comissão de Desenvolvimento Sustentável) ouvir, ao menos, o Secretário Municipal do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico para que este informe se, com a atual estrutura administrativa, é possível a concessão do selo turístico tal como tratado neste projeto.

Por fim, salienta-se que este projeto de lei carece de um mínimo de critérios objetivos pelos quais se aferirá ser o estabelecimento em questão merecedor do selo; como se lê, o selo *certifica a qualidade dos serviços*; no entanto, não há a fixação de tais critérios, não podendo referida previsão constar tão somente no





# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000012  
um

eventual regulamento do Poder Executivo.

É o parecer.

Toledo, 30 de março de 2022.

EDUARDO  
HOFFMANN

Assinado de forma digital  
por EDUARDO HOFFMANN  
Dados: 2022.03.31 14:49:00  
-03'00"

**Eduardo Hoffmann**  
Assessor Jurídico

Assinado de forma  
digital por FABIANO  
SCUZZIATO

**Fabiano Scuzziato**  
Assessor Jurídico